



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

**SENHOR PRESIDENTE;
SENHORES (AS) VEREADORES (AS):**

JUSTIFICATIVA

03.ª Sessão Data 15/02/22
As doudas comissões para parecer.

Presidente

CONSIDERANDO a estabilidade da taxa de curados que sempre esteve na casa dos 96% (noventa e seis) por cento, estando a taxa de letalidade em 3,46%;

CONSIDERANDO o ciclo completo de vacinação que já está acima de 250 mil pessoas, e louvavelmente iniciamos a aplicação da terceira dose, aplicando mais de 90 mil doses.

CONSIDERANDO a declaração do Município de Praia Grande no último boletim 09 de fevereiro de 2022, apontam a excelência na vacinação aplicando mais de 630 mil vacinas;

CONSIDERANDO o resultado aplicado nestes quase 2 anos de enfrentamento a pandemia e a ampla adesão dos nossos munícipes em colaborar com as medidas de prevenção e os protocolos, chegamos até aqui com os melhores números da baixada.

É justo dar ao munícipe de Praia Grande um voto de confiança em tornar opcional o uso de máscara sem a aplicação de multa ao ar livre em locais públicos e logradouros, permanecendo ainda a obrigatoriedade nos ambientes fechados e no transporte público.

Sala emancipador Oswaldo Toschi, 15 de fevereiro 2022.


RODRIGO ROSARIO DOS SANTOS
VEREADOR



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

**SENHOR PRESIDENTE;
SENHORES (AS) VEREADORES (AS):**

PROJETO DE LEI Nº

015/2022

“Acrescenta, altera e revoga dispositivos na Lei 2019/2021 que “Dispõe sobre infrações administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao enfrentamento da Pandemia do Coronavírus e dá outras providências”

Art. 1º Ficam revogados os incisos I e VI do artigo 3º da Lei nº. 2019 de 24 de março de 2021.

Art. 2º Ficam revogados os parágrafos 1º e 3º do artigo 6º da Lei nº. 2019 de 24 de março de 2021.

Art. 3º Altera o inciso VII do artigo 3º da Lei Complementar nº. 2019 de 24 de março de 2021 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“VII - falta ou uso incorreto de máscaras por clientes, funcionários e colaboradores nos estabelecimentos de ensino, de saúde, paço municipal, entes públicos, recinto de prestação de serviços públicos e transporte público.”

Art. 4º Acrescenta o parágrafo 5º, e sua alínea *a*, ao artigo 3º da Lei. nº. 2019 de 24 de março de 2021 que vigorará com a seguinte redação:

§5º O uso de máscara será facultativo nos espaços, públicos ou privados, que exijam o comprovante de vacinação para seu ingresso.

a) A vacinação a se comprovar corresponderá ao observado no cronograma vacinal instituído pelos órgãos competentes.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala emancipador Oswaldo Toschi, 15 de fevereiro 2022.


RODRIGO ROSARIO DOS SANTOS
VEREADOR